

Ponta Grossa, 15 de junho de 2020.

AO
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA (CIOP)
PRESIDENTE PRUDENTE -SP

Ref.: **Impossibilidade de cumprimento da obrigação em razão de força maior.**
Solicitação de realinhamento ou cancelamento.
Pregão Presencial 20/19
Item nº 65

Marcel dos Santos Cardoso
Chefe do Setor de Licitações
e Contratos-CIOP
RG: 42.187.355-3
24/06/2020

Prezados Senhores:

Como é de vosso conhecimento, nossa empresa sagrou-se vencedora no procedimento licitatório em epígrafe, tendo se obrigado a efetuar a entrega de **NOREPINEFRINA HEMITART 2MG/ML 4ML (G)**, o produto sofreu grave reajuste de preços, visto a alta de matéria prima e custos de frete e produção.

Trata-se de hipótese de *força maior* passível de ser invocada pela fornecedora, a qual lhe assegura o direito de ver **cancelada** a obrigação atinente a esse item específico do procedimento licitatório, consoante previsão da lei (arts. 15 e 78, XVII da Lei nº 8.666, de 21/06/1993; Decreto nº 3.931, de 19/09/2001, art. 13, § 2º; e arts. 392 e 393 e seu parágrafo único do CC/2002); e também nas devidas cláusulas contratuais.

Ainda, demonstrando a sua absoluta boa-fé na condução do contrato – devidamente adimplido em todos os demais itens –, a Fornecedora, também na forma legal (art. 12, §§ 2º e 3º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002), se houver interesse da Administração Pública, se dispõe a entregar o medicamento acima mencionado com preço reajustado conforme planilha abaixo.

PREÇO ANTIGO

NF	DATA	PREÇO DE CUSTO	MARGEM	PREÇO DE VENDA
33463 (EM ANEXO)	26/11/2019	R\$ 1,50	13,79%	R\$ 1,74

PREÇO ATUAL

NF	DATA	PREÇO DE CUSTO	MARGEM	PREÇO DE VENDA
OFICIO (EM ANEXO)	06/05/2020	R\$ 7,50	10,00%	R\$ 8,25

Realinhando portanto o preço para **R\$ 8,25** conforme planilha acima.

A Pontamed Farmacêutica Ltda., demonstrando a sua boa-fé na condução dos negócios e reiterando seu compromisso em executar plenamente o contrato celebrado com este órgão, formaliza a presente comunicação para evitar quaisquer danos, bem como se precaver da aplicação de penalidades, pois está presente *justa causa* e *força maior* para uma eventual demora e/ou impossibilidade no cumprimento das obrigações assumidas.

Sem mais para o momento, despedimo-nos
Atenciosamente,


PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.
Rafael Rizental Raicoski

Pontamed Farmacêutica Ltda. – Rua Franco Grilo, 374 – Fundos – Colônia Dona Luiza
Ponta Grossa – Paraná – CEP 34.045-320 – Fone 42-2101-5151
CNPJ 02.816.696/0001-54 – Inscrição Estadual 901.80579-29
E-mail pontamed@pontamed.com.br

PROCURAÇÃO

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, empresa brasileira, comercial, estabelecida na Rua Franco Grilo, 374 - Fundos - Ponta Grossa - Pr, CNPJ N 02.816.696/0001-54, Inscrição Estadual N 901.80579-29, com o ramo de distribuição de medicamento e produtos hospitalares, representada neste ato pelo seu sócio gerente infra-assinado, Sr. **FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR**, inscrito no CPF sob o n. 006.538.939-57 e RG n. 3.804.296-II

OUTORGADO:

RAFAEL RIZENTAL RAICOSKI, brasileiro, casado, vendedor, inscrito no RG 5.050.281-3 PR e CPF 021.619.019-31, residente à Rua Antônio Vieira, 643 - Jardim Carvalho - Ponta Grossa - PR.

PODERES:

Exclusivamente para fim único de representar a outorgante nas licitações em suas várias modalidades: concorrências, tomadas de preços, registro de preços, convites e demais formas de licitação, inclusive oferecer lances verbais previstos na modalidade de pregão presencial e pregão eletrônico; junto às repartições públicas, municípios, estaduais, federais e autarquias, constantes do seu território de vendas, podendo para tanto, assinar todos os documentos que se fizerem necessários e praticar todos os atos e formalidades legais ao bom, fiel e cabal desempenho do presente mandato. Podendo também, substabelecer e credenciar representante para os respectivos poderes, que terá validade até 30.12.2020 (Tinta de dezembro de 2.020).

Ponta Grossa, 16 de dezembro de 2019

2º Tabelionato de Notas - Rua XV de Novembro, 320 - Ponta Grossa - Paraná - Fone: (41) 3223-8036 e-mail: 21001@guaricam.com

lbnUK.DTMQ5.z8pw7 - kJLLn.KTpEU

Reconheço por SEMELHANÇA sem valor a(s) firma(s) de: **FERNANDO PARUCKER DA SILVA JUNIOR** do que dou fé. Em Teste da verdade.

Ponta Grossa, 20 de dezembro de 2019

Glauco Motti Correia - Tabelião

2º TABELIONATO

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.
Fernando Parucker da Silva Junior
CPF: 006.538.939-57
RG: 3.804.296/SC

itamed Farmacêutica Ltda - Rua Franco Grilo, 374 - Fundos - Colônia Dona Luiza
Ponta Grossa - Paraná - CEP 84.045-320 - Fone: (41) 2101-5151
CNPJ 02.816.696/0001-54 - Inscrição Estadual 901.80579-29
Email pontamed@pontamed.com.br

Cartório Azevedo Bastos - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAS
E TABELIONATO DE NOTAS - CARIMBO Nº 01.079-4
Autenticação Digital
Cód. Autenticação: 72892012191647280505-1; Data: 20/12/2019 16:48:24
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: A1068629-F783;
Valor Total do Ato: R\$ 4,42
Contra os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

1783
D

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB N° 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela *Ass Serventia* pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **23/12/2019 16:37:58 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, com, também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **PONTAMED FARMACEUTICA LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1420722

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **20/12/2020 16:55:57 (hora local)**.

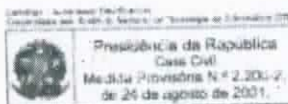
¹**Código de Autenticação Digital:** 72892012191647280505-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal n° 8.935/94, Lei Federal n° 10.406/2002, Medida Provisória n° 2200/2001, Lei Federal n° 13.105/2015, Lei Estadual n° 8.721/2008, Lei Estadual n° 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b37bf78ab1c97045c7ae4d99ac42e1a8885c0b964321f557d5ec6bdf6cfb6b0bc4c42505a03f2e969b4c0a97ee9b34e77de70a2f1b183cbe4c9cdeb4e032ccc5



NF COM O CUSTO ANTIGO

RECEBEMOS DE HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA INDICADA ABAIXO. EMISSÃO: 26/11/2019 VALOR TOTAL: R\$ 37.500,00 DESTINATÁRIO: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - RUA FRANCO GRILO, 374 - FUNDO COLONIA DONA LUIZA PONTA GROSSA-PR

NF-e

Nº. 000.033.463
Série 006

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

HIPOLABOR FARMACEUTICA LTDA

AVENIDA DAS INDUSTRIAS, 263
DISTRITO INDUSTRIAL - 39404-621
MONTES CLAROS - MG Fone/Fax: 3134081800

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº. 000.033.463
Série 006
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

3119 1119 5707 2000 0706 5500 6000 0334 6317 8955 2416

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e

www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDE DE PRODUCAO

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

131193498567154 - 26/11/2019 21:01:28

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5674258990235

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIBUT

CNPJ

19.570.720/0007-06

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

CNPJ / CPF

02.816.696/0001-54

DATA DA EMISSÃO

26/11/2019

ENDEREÇO

RUA FRANCO GRILO, 374 - FUNDO

BAIRRO / DISTRITO

COLONIA DONA LUIZA

CEP

84045-320

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

26/11/2019

MUNICÍPIO

PONTA GROSSA

UF

PR

FONE / FAX

4221015156

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9018057929

HORA DA SAÍDA/ENTRADA

21:00:11

FATURA / DUPLICATA

Num	001	Num	002	Num	003
Vl	26/12/2019	Venc	10/01/2020	Venc	25/01/2020
Valor	R\$ 12.498,75	Valor	R\$ 12.498,75	Valor	R\$ 12.502,50

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CALC. DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CALC. ICMS S.T.	VALOR DO ICMS SUBST.	V. IMP. IMPORTAÇÃO	V. ICMS UF REMET	V. FCP UF DEST	VALOR DO PIS	V. TOTAL PRODUTOS
37.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	693,00	37.500,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS	VALOR TOTAL IPI	V. ICMS UF DEST	V. TOT. TRIB.	VALOR DA COFINS	V. TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.267,00	37.500,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ / CPF
TNT MERCURIO MOC	0-Por conta do Rem				95.591.723/0100-09
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
RUA CASTRO ALVES 51	MONTES CLAROS	MG	4336311100502		
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
16	CAIXA(S)	HIPOLABOR FARMACEUTI	16	207,500	207,500

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	O/CST	CFOP	UN	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	B.CALC ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALIQ ICMS	ALIQ IPI
10010038	HEMIT NOREPINEFRINA MONOIDRATADA 8MG/4ML GEN C PMC; 0 Lote: AB-093/19 Qte: 24 Lote: AB-093/19 Quant: 248.000 Fab: 06/11/2019 Val: 31/10/2021 Lote: AB-094/19 Quant: 252.000 Fab: 07/11/2019 Val: 31/10/2021 FCI:32743AE0-3450-403D-A715-7EC94C974A75	30049099	500	6101	CX	500,0000	75,0000	37.500,00	37.500,00	4.500,00		12,00	

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Inf. Contribuinte: ICMS ST FRETE POR CONTA DO REMETENTE ART. 4o DO ANEXO XV DO RICMS- MG Pedido: 35465
Email do Destinatário: rafael@pontamed.com.br
faturamento@pontamed.com.br
faturamen
mailDest: rafael@pontamed.com.br
faturamento@pontamed.com.br
faturamen

RESERVADO AO FISCO

NF COM O CUSTO ATUAL

COMUNICADO

Linha Hospitalar Hipolabor

Prezado Cliente,

A Hipolabor informa que devido à variação no custo dos insumos importados, temos de reajustar os preços dos itens abaixo a partir de 06 de Maio de 2020.

Produto	Apresentação	Preço (Un)	Preço (Cx)
Midazolam 5mg/ml	Gen. cx c/ 100 amp x 3ml	7,40	740,00
Midazolam 5mg/ml	Gen. cx c/ 100 amp x 10ml	17,00	1.700,00
Norepinefrina 8mg	Gen. cx c/ 50 amp x 4ml	7,50	375,00

Atenciosamente,

Hipolabor Farmacêutica Ltda

Setor Comercial

MEMORANDO INTERNO N ° 54/2020

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretoria Jurídica

Assunto: Reequilíbrio econômico-financeiro/Cancelamento – Pregão Presencial – SRP – nº 20/2019

Interessado: Pontamed Farmacêutica Ltda ARP nº 63/2019

Encaminho para Parecer Jurídico a solicitação da empresa **PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA**, às fls. 1.781/1.787 sobre o Realinhamento de preço / Cancelamento do item **65 – HERMITARTARATO DE NOREPIMEFRINA 2MG/ML – AMPOLA 4 ML (HIPOLABOR)**.

Após, ao Diretor Executivo para decisão final.

Presidente Prudente, 24 de junho de 2020

MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

Recebido em 24 / 06 /2020

Setor Jurídico Adriana Sorbelle Neves



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.

OBJETO: SOLICITAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM 65 - HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ML (NORADRENALINA) - INJETÁVEL ALTERNATIVAMENTE O CANCELAMENTO DO ITEM

RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro referente ao item 65 - HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ML (NORADRENALINA) - INJETÁVEL, cuja licitante se sagrou vencedora foi a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, sob a justificativa de "o produto sofreu grave reajuste de preços, visto a alta de matéria prima e custos de produção."

2. A solicitante realiza o pedido de realinhamento de preço do item 65 - HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ML (NORADRENALINA) - INJETÁVEL (fls. 1.781), registrado na ata do Pregão Presencial nº 20/2019 de R\$ 1,74 para R\$ 8,25, respectivamente e juntou documentos em fls. 1.782/ 1.787 (procuração, notas fiscais e comunicado da fabricante).

3. Os documentos ora analisados é a solicitação de revisão do item 65 - HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ML (NORADRENALINA) - INJETÁVEL, recebido/protocolado em 24/06/2020, bem como os documentos de fls. 1. 782/ 1.787 (procuração, notas fiscais e comunicado da fabricante).



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao reequilíbrio econômico-financeiro do item 65 - HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ML (NORADRENALINA) - INJETÁVEL, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 SRP MEDICAMENTOS NÃO INCLUÍDOS NA RENAME - PROCESSO Nº 30/2019 pactuado com a empresa requerente, PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, sob a justificativa de "o produto sofreu grave reajuste de preços, visto a alta de matéria prima e custos de produção."

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade do realinhamento do preço nos moldes apresentado, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA solicita o reequilíbrio econômico-financeiro do item 65 - HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 2 MG/ML (NORADRENALINA) - INJETÁVEL que logrou vencedora na licitação em tela, argumentando que há um aumento do preço do medicamento, ante a alta da matéria prima do medicamento e dos custos de produção. Alternativamente solicita o cancelamento do item.

8. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 1.782/ 1.787 (procuração, notas fiscais e comunicado da fabricante).

9. Eis a síntese do acostado às fls. 1.781/ 1.787.

10. Em primazia ao princípio da economicidade, para ser possível o realinhamento do preço para o reequilíbrio econômico-financeiro, tem-se que verificar a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis da álea econômica.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

11. Álea econômica corresponde a circunstâncias externas ao contrato, estranhas à vontade das partes, imprevisíveis, excepcionais, inevitáveis, que causam desequilíbrio muito grande no contrato, dando, lugar à aplicação da teoria da imprevisão; a Administração Pública poderia conceder o reequilíbrio.

12. Conforme o Tribunal de Contas da União:

9.1 A ÁLEA ORDINÁRIA, também denominada empresarial, consiste no 'risco relativo à possível ocorrência de um evento futuro desfavorável, mas previsível ou suportável, por ser usual no negócio efetivado' (Maria Helena Diniz. Dicionário jurídico. São Paulo: Saraviva, 1998, p. 157).

Exatamente por ser previsível ou suportável é considerado risco inerente ao negócio, não merecendo nenhum pedido de alteração contratual, pois cabe ao empresário adotar medidas para gerenciar eventuais atividades deficitárias. Contudo, nada impede que a lei ou o contrato contemple a possibilidade de recomposição dessas ocorrências. No caso de estar prevista, a efetivação do reajuste será mera execução de condição pactuada, e não alteração;

9.2 A ÁLEA EXTRAORDINÁRIA pode ser entendida como o 'risco futuro imprevisível que, pela sua extemporaneidade, impossibilidade de previsão e onerosidade excessiva a um dos contratantes, desafie todos os cálculos feitos no instante da celebração contratual' (DINIZ, 1998, p. 158), por essa razão autoriza a revisão contratual, judicial ou administrativa, a fim de restaurar o seu equilíbrio original.

13. Em seu pedido não demonstra que a alteração do valor do medicamento ocorreu por uma variação de mercado extraordinária. Apenas afirma haver o aumento, não sendo o suficiente para a alteração do preço em ata.

14. Neste sentido manifesta a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

A despeito de divergências de posicionamentos entre a fiscalização e a SDG, sequer a vantajosidade inicial do ajuste havia ficado comprovada, sendo que esta situação somente



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

se agravou com a concessão de reequilíbrios econômico-financeiros desprovidos de justificativas consistentes.

(...)

No caso da contratação com a empresa Lukarmona, o pedido foi baseado na "instabilidade econômica do país" e, no caso da empresa Fridel, solicitou-se o realinhamento sob o argumento de que os produtos estariam na entressafra. Contudo, a meu ver, não restou comprovada a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, caso de força maior, caso fortuito ou força do príncipe, a ensejar a concessão de reequilíbrio. As situações descritas nas justificativas estão inseridas na álea econômica ordinária, e devem ser suportadas pela empresa, eis que oscilações normais decorrentes de sazonalidade são totalmente previsíveis e devem ser levadas em consideração pelas empresas quando formulam suas propostas, especialmente para fornecimento pelo prazo de 12 meses. (TC-001040/003/12 TC-001037/003/12 TC-001038/003/12 TC-001039/003/12 TC-028291/026/11, Substituto de Conselheiro Josué Romero, Segunda Câmara, Sessão: 3/2/2015) Grifo e negrito nosso.

15. Quanto a variação cambial, deverá esta ser severa e expressiva para justificar o reequilíbrio econômico. Tanto é que a jurisprudência aponta como ordinária a variação cambial:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - INÉRCIA NÃO VERIFICADA - CONTRATO ADMINISTRATIVO - EQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - VARIAÇÃO CAMBIAL DO DÓLAR AMERICANO - RISCO DO NEGÓCIO (ÁLEA ORDINÁRIA) - INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA IMPREVISÃO.

1. O instituto da prescrição está intimamente relacionado à inércia do titular do direito violado. Excetuadas as hipóteses de vício formal do ato e desídia da parte (incisos II e III do artigo 267 do CPC), a citação constitui causa de interrupção da prescrição, mesmo nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito. Precedentes do C. STJ.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

2. De acordo com a teoria da imprevisão, diante de situações de anormalidade, autoriza-se a revisão da avença, a fim de que seja restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro originalmente contratado.

3. Considerando o disposto no art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, bem assim o entendimento doutrinário dominante, a revisão do contrato em nosso ordenamento jurídico, com espeque na teoria da imprevisão, demanda o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: ocorrência de fatos imprevisíveis (ou, até mesmo, razoavelmente imprevisíveis) ou anormais; inimputabilidade do evento às partes; onerosidade excessiva a um dos contratantes.

4. In casu, seja quantitativamente (prejuízo absoluto da recorrente), seja sob o aspecto da previsibilidade, a flutuação da moeda americana entre a data de apresentação da proposta e o termo limite de fornecimento das mercadorias importadas não configurou evento extraordinário e imprevisível. Pelo contrário, a variação cambial, tal como verificada no período, constituía risco ordinário do negócio.

5. Em se tratando de contratos administrativos, os quais via de regra são precedidos de processo licitatório, a descon sideração da álea ordinária na composição dos preços pode ser extremamente prejudicial à competição, podendo, inclusive, redundar na seleção de propostas inexeqüíveis.

6. Apelação a que se nega provimento.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL : AC 32183 SP 0032183-04.2001.4.03.6100) (Grifo nosso)

16. Desta forma, vislumbra-se que a sua promoção de forma infundada irá desvirtuar o processo licitatório.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

17. Não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta do realinhamento do preço da empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA., não há um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado “aumento de preço”, uma vez que foram acostadas apenas notas fiscais e carta de aviso de aumento do preço.

18. De modo que não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, apenas o reajuste do preço por sua fornecedora, além do mais como demonstra em seu pedido, ainda a manutenção de sua margem de lucro, permanecendo esta inalterada.

19. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

“XII - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

12.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. 12.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência;

12.1.2 A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 12.3 e 12.4, nas hipóteses de mora, inexecução do contrato.

12.2 Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3 Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa,



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração. 12.3.1 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 12.1.

12.4 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 12.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.5 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Município se quando por esta solicitado.

12.5.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

12.6 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

12.7 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio de cópia da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, comprovante de recebimento pela empresa e Ata de Registro de Preço devidamente assinada e publicada.

20. Na hipótese do inadimplemento da proposta exarada pela empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA., poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *“uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta”*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

21. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

22. Por consequência, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega do item registrado em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega do item em que a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

23. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pela manutenção do valor registrado do item em que a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

II – Pelo indeferimento do cancelamento do item em que a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 15 de julho de 2020.

Dr. RANGEL STRASSER FILHO
Diretor Jurídico / OAB/SP 309.164

MEMORANDO INTERNO Nº 64/2020

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação Reequilíbrio Econômico Financeiro – Pregão Presencial – SRP nº 20/2019 – Ata nº 63/2019

Interessada: Pontamed Farmacêutica Ltda.

Encaminho o Parecer Jurídico de fls. 1823/1831, que opinou pelo indeferimento do pedido de realinhamento de preço e pedido de cancelamento do item 65 – HERMITARTARATO DE NOREPIMEFRINA 2MG/ML – AMPOLA 4 ML (HIPOLABOR), em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível justificável.

Presidente Prudente, 20 de julho de 2020


Denise Sakiyo Ide

Chefe em Substituição do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Assunto: Solicitação Reequilíbrio Econômico Financeiro – Pregão Presencial – SRP – nº 20/2019

Interessado: Pontamed Farmacêutica Ltda. ARP nº 63/2019

Trata-se de pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e cancelamento do item 65 – HERMITARTARATO DE NOREPIMEFRINA 2MG/ML – AMPOLA 4 ML (HIPOLABOR), pela detentora da ata nº 63/2019 – **PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.**

O Setor Jurídico às fls. 1823/1831 opinou pelo indeferimento do realinhamento e cancelamento, fundamentando não haver fato superveniente e imprevisível justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados no Parecer Jurídico e **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item 65 – HERMITARTARATO DE NOREPIMEFRINA 2MG/ML – AMPOLA 4 ML (HIPOLABOR), bem como pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de cancelamento do item adjudicado e os já empenhados, realizada pela empresa **PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA**, mantendo-se os preços e condições anteriormente previstas, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas.

Publique-se.

Presidente Prudente, 20 de julho de 2020



CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo-CIOP



DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

Despacho do Diretor Executivo. Assunto: Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e cancelamento de item. ARP nº 63/2019. Pregão Presencial nº 20/2019. Interessada: Pontamed Farmacêutica Ltda. Decisão: Delibero pelo não acolhimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e cancelamento do item 65 – HERMITARTARATO DE NOREPIMEFRINA 2MG/ML – AMPOLA 4 ML (HIPOLABOR), conforme fundamento acostado nos autos. Carlos Augusto Vreche - Diretor Executivo. Pres. Prudente, 20 de julho de 2020.

